

A iluminação pública na Cidade do Rio de Janeiro

A iluminação pública na Cidade do Rio de Janeiro teve seu início em 1763, com a implantação de vinte lampadários de madeira, envidraçados, a base de azeite de peixe e por iniciativa dos próprios moradores.

Durante todo o primeiro reinado e o período regencial, tentou-se adotar um sistema de iluminação pública mais eficiente que os lampiões a óleo de baleia, até então utilizado na Cidade do Rio de Janeiro, sem que, contudo, fosse encontrada uma solução satisfatória.

Enquanto isso, desde 1802 espalhava-se pela Europa a iluminação à gás, obtida pela destilação do gás de hulha, uma espécie de carvão mineral abundante na Inglaterra e uma das principais forças motrizes da Revolução Industrial naquele país.

Em 1928, foi criada por decreto imperial, em 23 de outubro, a Imperial Companhia para Iluminação da Cidade do Rio de Janeiro, que ficaria encarregada do serviço de iluminação pública e privada a gás.

A primeira concessão para esse serviço, outorgada a Antônio da Costa, não chegou a sair do papel e foi transferida em 1834 para os britânicos Carlos Grace e Guilherme Glegg Gover. Com 20 anos de prazo para explorar a concessão, eles tinham a obrigação de iniciar a prestação do serviço em 18 meses. Em dois anos, a cidade deveria contar com 750 lampiões e com 1.500 ao final do terceiro ano.

Mas essa iniciativa também não obteve sucesso, pois o sistema de iluminação a gás suscitou a desconfiança da população e de algumas autoridades, que o consideravam perigoso e ineficaz. Os dois concessionários foram tratados como impostores, mas chegaram a substituir 19 lampiões a óleo na rua do Ouvidor por similares a gás.

Em 1840, outra iniciativa mal sucedida ocorreu, quando, mais uma vez, se tentou implantar a iluminação a gás na cidade, através de um contrato firmado com o inglês João Jorge Yong, que duraria 60 anos. Mas no lugar de lampiões a gás, foram instalados por Yong apenas 100 lampiões a óleo.

Neste período, houveram seguidas reformulações administrativas no serviço de iluminação:

- em 1831, passou a ser competência da Câmara Municipal;
- em 1834, retornou à Intendência Geral de Polícia;
- em 1842, foi transferido para o Ministério da Justiça do Império;
- em 1949, embora ainda sob responsabilidade do Ministério da Justiça, a iluminação pública voltaria às mãos da Polícia, que passou a utilizar para o serviço 67 escravos, supervisionados por feitores. O Rio de Janeiro contava, então, com menos de 2 mil lampiões a óleo em suas ruas e praças.
- Caberia a Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, celebrar com o ministro da Justiça Eusébio de Queiroz, no dia 11 de março de 1851, um contrato de concessão por 25 anos, por meio do qual obteve exclusividade de exploração e recebeu prazo de quatro anos para implantar a iluminação pública a gás na cidade do Rio de Janeiro. Ele criou a Companhia de Iluminação a Gás, um dos muitos empreendimentos que viria a fundar nos anos seguintes.

As obras de construção de uma fábrica de gás foram iniciadas em 1852 e concluídas dois anos depois, em terreno de 22 mil m², na Rua Senador Euzébio, no antigo Caminho do Aterrado (ou das Lanternas). Esta rua, cujo nome homenageava o então ministro da Justiça, foi demolida para a inauguração da Av. Presidente Vargas, onde ainda existe o prédio que foi a sede da Companhia de Iluminação a Gás.

A fachada deste prédio, que ficaria conhecido como Fábrica do Aterrado, traz inscrita uma frase em latim, do escritor romano Horácio: "*Ex fumo dare licem*", que quer dizer "tirar luz da fumaça". A fábrica utilizava a tecnologia do gás hidrogênio carbonado, obtido pela destilação do carvão mineral. Possuía dois gasômetros: um de 21m de diâmetro e 7m de altura e outro de 37m de diâmetro e 7,5m de altura. Para o escoamento de seus resíduos industriais, Mauá determinou a abertura do Canal do Mangue, em 1857.

O sistema de iluminação pública da cidade foi ativado no ano da inauguração da fábrica e a primeira seção tinha 637 lâmpadas a gás, um terço do projeto, que contava com 20Km de canos de ferro fundido. Começou a funcionar no Largo do Paço e nas ruas do Ouvidor, Direita, General Câmara, do Hospício (atual Buenos Aires), Alfândega, São Pedro e do Sabão, onde foram erguidos vários postes, até então quase inexistentes na cidade. O Rio foi a primeira cidade sul-americana a contar com este tipo de iluminação.

Sete meses após a inauguração do sistema de iluminação a gás, Irineu Evangelista de Souza, que então já tinha o título de Barão de Mauá, comprometeu-se a estender o serviço para além do perímetro estipulado inicialmente. Esse compromisso foi firmado por um aditamento ao contrato celebrado em 1851 com o governo imperial. Os lâmpadas tinham de ter uma distância mínima de 33m e uma máxima de 44m.

Em 1854, o Barão de Mauá incorporou a Imperial Fábrica de Velas de Stearina, rebatizando-a de Companhia Luz Stearica. O empreendimento, que havia sido fundado por João Eduardo Lajoux em 1848 com empréstimos do banqueiro, fabricava velas à base de estearina, uma nova tecnologia, até então importada, que foi desenvolvida com a retirada da glicerina da gordura animal, cuja exclusividade de produção Lajoux recebera em 1850, por um prazo de 14 anos. Essas velas, além de iluminarem melhor, não produziam tanta fumaça e deixavam menos cheiro.

A necessidade de expansão da rede de iluminação e o custo oneroso com a utilização do gás, fez com que se buscasse nova fonte de energia, datando de fevereiro de 1879 a primeira experiência realizada para dotar a cidade de iluminação elétrica, fato ocorrido na estação férrea D. Pedro II, atual Estação da Central do Brasil. Neste mesmo ano, foi realizada nova tentativa, nas oficinas do Jornal do Comércio.

Em abril de 1884 foi feita a instalação elétrica no Paço Imperial. Neste mesmo ano, já havia concorrência entre os empresários no ramo de iluminação. A Companhia de Luz Elétrica de Brush Cleveland, Ohio, sediada nos Estados Unidos, havia estabelecido um agente na Cidade do Rio de Janeiro, Peter Kurezyn.

Esta companhia fazia orçamentos para iluminação de cidades, fábricas, estabelecimentos particulares e fornecia os aparelhos precisos como máquinas dínamo-elétricas, lâmpadas, carbonos, reguladores automáticos e baterias ou pilhas para o depósito de eletricidade.

Foi em 1887, que formou-se no Rio de Janeiro, a Companhia Força e Luz, constituída com capitais belgas, e que se propunha a iluminar as ruas da cidade, pelo sistema de acumuladores, método já idealizado pelo belga Edmund Julien. Seus fins eram a aquisição e exploração dos privilégios obtidos no Brasil e na Argentina por Edmund Julien para a força motriz e luz por meio da eletricidade. A venda dos aparelhos despertou grande curiosidade popular, sendo vendidos os primeiros, aos jornais: Gazeta de Notícias, Jornal do Commercio, O País, e ao teatro Lucinda.

Somente em 1.º de Janeiro de 1906, surgiu a iluminação na via pública, na recém-aberta Avenida Central (hoje a festejada centenária Avenida Rio Branco), que foi iluminada de ponta a ponta. A iluminação elétrica foi feita pela firma Braconnott & Irmãos, que fora contratada pela Société Anonyme du Gaz. Para executar o serviço a Braconnott instalou uma pequena usina termelétrica na Rua da Alfândega.

Em 1911, foi instalada na Avenida Passos, no local da antiga Companhia Carris Urbanos de bondes puxados a burro, a Light and Power – Companhia de Força e Luz do Rio de Janeiro. Pouco antes, em 1907, seu organizador Sir Alexandre Mackenzie e o prefeito Francisco de Souza Aguiar, firmaram o contrato de eletrificação das linhas de bonde, com exceção das linhas do Jardim Botânico e instalação de energia elétrica da cidade. A primeira usina construída pela Light foi a de São Marcos.

Mais tarde, quando passa também a alimentar eletricamente os bondes, a Companhia de Força e Luz foi transformada na THE RIO DE JANEIRO TRAMWAY. Atualmente a Companhia tem o nome de LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A.

A partir de 1909, com a implantação das redes de iluminação pública alimentadas por energia elétrica, a fiscalização passou a ser de responsabilidade da Inspetoria Geral de Iluminação do Município do Rio de Janeiro, assumida pelo DNIG – Departamento de Iluminação a Gás – até o ano de 1961, quando foi criada, pelo então Estado da Guanabara, a Coordenação dos Serviços de Energia Elétrica, até a criação da Comissão Estadual de Energia – CEE em 1962.

Em 1975, foram substituídas as lâmpadas incandescentes pelas lâmpadas a vapor de mercúrio, aumentando a qualidade e ampliando o sistema de iluminação pública a Cidade.

Após a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro em 1975, a CEE transformou-se na Comissão Municipal de Energia - CME, vinculada à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, através do Decreto nº 2.341, de 19 de outubro de 1979, resultando em mudanças nos aspectos operacionais dos serviços de manutenção e implantação do sistema de iluminação pública, com a terceirização de serviços. Empresas empreiteiras faziam, fiscalizados pela CME, desde a troca das lâmpadas apagadas até a implantação de novos pontos de luz. Esta forma funcionou até 1984, quando a CME passou a executar os serviços com funcionários próprios, substituindo as firmas terceirizadas.

Neste período, a iluminação a vapor de mercúrio era de responsabilidade do Município, enquanto a LIGHT era responsável pelas lâmpadas incandescentes ainda existentes na Cidade.